

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 121-138.

Recebido em: 25/2/2019

Avaliado em: 3/3/2019

Aprovado em: 8/4/2019

GETÚLIO VARGAS E O PROCESSO DECISÓRIO EM 1940

UMA EPISTEMOLOGIA DA EXPECTATIVA

Nidi Bueno¹ e Rogério Lustosa Victor²

Resumo: Em meados de 1940, no contexto das vitórias alemãs na guerra europeia, o governo brasileiro ainda não havia deixado efetivamente claro para que lado penderia, se para o de Washington ou para o de Berlim. 1940 era, por excelência, um ano de incertezas. No significativo número de possibilidades nele presentes, nem mesmo os mais aguerridos inimigos do *Führer* subestimavam a possibilidade da efetivação de uma parceria estratégica entre o Brasil e a Alemanha ou deixavam de levá-la a sério. No entanto o historiador das relações internacionais, ao conhecer o “futuro passado”, subestimou o lugar ocupado pelo *Reich* na diplomacia brasileira e definiu a aliança com Washington quando o jogo ainda estava sendo jogado.

Palavras-chave: Brasil; Política Externa Brasileira; Segunda Guerra Mundial.

Abstract: In the mid-1940s, in the context of German victories in the European war, the Brazilian government had not yet made it really clear which side it would bend to, whether to Washington or to Berlin. 1940 was, overall, a year of uncertainties. In the significant number of possibilities present at that moment, not even the most fierce enemies of the *Führer* underestimated the possibility of a strategic partnership between Brazil and Germany or failed to take it seriously. However, the historian of international relations, because they know the "future (already) past", underestimated the place indeed occupied by the *Reich* in Brazilian diplomacy and took the Washington side the alliance in a time in which the game was not yet over.

Key-words: Brazil; Brazilian foreign policy; Second World War.

Em matéria de processo decisório, uma pluralidade de fatores interfere no comportamento dos atores. Alguns são de natureza objetiva e, portanto, transparentes; outros são mais fluidos e, assim, menos evidentes. As expectativas dos atores a respeito do futuro estão entre estes últimos. Por se constituir um elemento dotado de extrema fluidez, o estudo do

¹ Doutor em Relações Internacionais e professor do Mestrado em Ciência Política do Centro Universitário Unieuro.

² Doutor em História e professor do Instituto Federal de Brasília.

peso que as expectativas de futuro exercem sobre o processo de tomada de decisões é um dos principais desafios para o historiador das relações internacionais, sobretudo porque lida com um futuro quando este já é passado. Buscaremos refletir sobre essa problemática a partir de um caso, qual seja o do dilema enfrentado pelos tomadores de decisão do estado brasileiro, no ano de 1940, ante a *blitzkrieg*.

Expectativas e controvérsias

Em meados de 1940, no contexto das vitórias alemãs na guerra europeia, o governo brasileiro viu-se ante a impossibilidade de levar adiante sua então política de equidistância pragmática. Contudo ainda não havia deixado efetivamente claro para que lado penderia, se para o de Washington, se para o de Berlim. O ambiente da época era marcado por uma pluralidade de expectativas a respeito do desfecho da guerra europeia e da posição a ser tomada pelo Brasil. Os cidadãos eram atormentados pela incerteza e pela diversidade de desdobramentos possíveis e o mesmo ocorria entre os principais homens de Estado brasileiros.

Em 28 de junho daquele ano, Oswaldo Aranha, o chanceler brasileiro, enviou uma carta ao presidente Getúlio Vargas com o objetivo de demovê-lo da decisão de fazer novo discurso reafirmando as posições defendidas no navio Minas Gerais, as quais tinham sido interpretadas por muitos como pró-alemãs. A indefinição, a incerteza e a pluralidade de possibilidades eram o ponto central do argumento do chanceler:

Refleti muito esta noite sôbre a oportunidade e conveniência de um discurso que viesse retomar o assunto de 11 de junho e resolvi transmitir-te as ponderações que eu mesmo fiz, ou melhor, que ouvi de meu travesseiro.

(...) A situação universal é tão difícil que os próprios generais vitoriosos preferem sôbre ela calar e quando forçados a falar dizem, apenas, meias palavras. (...) Além disso, Getúlio, ninguém poderá julgar ou dizer a última palavra sôbre os acontecimentos que se desenrolam e que nada faz crer tenham atingido a sua última fase. Seria ter sôbre êles uma visão simplista acreditar que já se pronuncia o fim ou que já se podem antever os resultados finais. (...) Devemos acompanhar os fatos

fazendo sobre eles um trabalho profundo de reflexão, mas deixando para mais tarde qualquer conclusão, que só deve surgir de uma consciência refletida e com o pleno conhecimento da realidade, não a podemos entrever daqui e menos ainda, dadas as nossas responsabilidades, anteciparmo-nos aos fatos, querendo adivinhar acontecimentos tão trágicos e caóticos.

As próprias definições continentais devem esperar por Havana ou pelo próximo desenlace da situação atual entre a Alemanha e a Inglaterra, que pode trazer a paz imediata ou uma luta indefinida e de resultado imprevisível.³

Assim, 1940 era, por excelência, um ano de incertezas. É sob essa perspectiva que devem ser analisadas as expectativas dos responsáveis pelo processo de tomada de decisão. Eles eram influenciados por uma visão de futuro pautada pela dificuldade de indicar uma possibilidade que se sobrepusesse às demais. Qualquer coisa entre a "paz imediata" e a "luta indefinida" parecia possível.

A pluralidade de expectativas gera controvérsias, ou seja, o embate entre as diferentes apostas no futuro. Logo, as ações da diplomacia e as decisões dos governos são efetivamente lançadas nesse terreno pautado pelas incertezas. Porém o historiador das relações internacionais exerce seu ofício em outro tempo, no qual as controvérsias vividas no passado já não mais existem, uma vez que foram dirimidas pela marcha dos acontecimentos. Em outras palavras, o historiador produz o seu texto quando o futuro não é mais um tempo aberto, em que múltiplas possibilidades entreveem-se, quando o futuro é passado e os desdobramentos da história já estão fechados, embora, claro, abertos às mais diversas interpretações. Nesse ordenamento do passado, muitas expectativas de futuro dos atores esvaem-se e o projeto vitorioso torna-se hegemônico na percepção do passado, perdendo-se, assim, os elementos que foram levados em conta no processo decisório, no tempo em que o futuro ainda estava indefinido. Tal problemática foi explicitada pelo historiador britânico E. H. Carr que, ao ser colocado diante da tarefa de revisão de sua

³ Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, vol. XXXIII, doc. 106B. Arquivo Oswaldo Aranha (AOA), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV, Rio de Janeiro.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 121-138.

obra, *Vinte anos de crise*, afirmou que isso seria como colocar "vinho novo em garrafas velhas".

O dilema de Carr

Em novembro de 1945, no prefácio à segunda edição de *Vinte anos de crise*, E. H. Carr confessou ter passado por um sério dilema. Mesmo já tendo iniciado a tarefa de revisão da obra, optou por interrompê-la, ante uma clara constatação: ao revisar o seu texto à luz dos novos acontecimentos, ele estava, na verdade, escrevendo outra obra.

A necessidade de uma Segunda edição de *Vinte anos de crise* colocou o autor ante uma decisão difícil. Um trabalho sobre política internacional completado no verão de 1939, embora houvesse rigorosamente evitado profecias, traz necessariamente marcas de seu tempo na substância, na fraseologia, no seu uso de tempos verbais e, acima de tudo, em expressões como "a Guerra", "pós-Guerra", e assim por diante, que não mais se podem relacionar, sem um grande esforço da parte do leitor, à guerra de 1914-18. Quando, contudo, comecei a tarefa de revisão, tornou-se imediatamente claro que, se eu procurasse reescrever cada passagem que houvesse sido, de alguma forma, afetada pela marcha dos acontecimentos, estaria apresentando não uma segunda edição de um velho livro, mas sim um livro essencialmente novo; e isto teria sido uma tentativa infrutífera e pouco imaginativa de forçar vinho novo em velhas garrafas (CARR, 2001, p. XLI).

Vinte anos de crise tornou-se um clássico e um de seus elementos mais marcantes é exatamente o momento oportuno de sua produção, já que foi para o prelo em julho de 1939 e atingiu a fase de provas quando a guerra eclodiu em 3 de setembro de 1939. Por esse motivo, a primeira edição, como o próprio Carr viria a admitir, trazia "necessariamente marcas de seu tempo". Ao contrário do que alguns poderiam supor, em novembro de 1945, preparando a segunda edição de seu livro, Carr não julgava que sua nova situação — como observador temporalmente distanciado dos eventos estudados — consistisse necessariamente em uma posição privilegiada. Constatava que o conhecimento

a posteriori do desfecho dos processos e das forças em disputa transformava-se em um elemento que subtraía do texto original exatamente seu ponto mais forte, isto é, aquelas mesmas "marcas do seu tempo". Perante seu dilema, Carr chegou a uma decisão difícil, mas que, em nome da manutenção de um fundamental mérito de sua obra, julgou metodologicamente necessária: reeditá-la em seu estado original.

Vinte anos de crise permanece um estudo do período entre as duas guerras, escrito quando este período já chegava a seu fim, e deve ser considerado, em seus méritos, como tal.⁴

Carr expressou sua opinião a respeito do que poderia ter ocorrido caso tivesse insistido na tarefa de revisão que já havia iniciado. Servindo-se de uma metáfora bíblica, o historiador britânico resignadamente reconheceu que "isto teria sido uma tentativa infrutífera e pouco imaginativa de forçar vinho novo em velhas garrafas".

Não obstante estivesse decidido a respeitar a autenticidade e a contemporaneidade de seu livro, Carr não resistiu completamente à tentação de revisá-lo.

O que fiz, portanto, foi reconstruir frases que seriam confusas ou difíceis para os leitores já distantes, no tempo, do contexto original, modificar uns poucos períodos que levavam ao mal-entendido, e remover duas ou três passagens relativas a controvérsias da época, que agora se encontram eclipsadas, ou postas numa perspectiva diferente, pelo lapso do tempo.⁵

Nota-se que, ao justificar a remoção de "passagens relativas a controvérsias da época", Carr alegou que essas, no momento da nova edição, graças ao lapso do tempo, encontravam-se postas numa perspectiva diferente daquela do período analisado ou encontravam-se "eclipsadas". Ressalta-se que o eclipse, em linhas gerais, é definido como um fenômeno natural no qual o corpo celestial eclipsado não deixa de estar onde está, mas não pode ser visto, uma vez que se encontra parcial ou totalmente coberto pela sombra de

⁴ *Ibidem*, p. XLI.

⁵ *Ibidem*, p. XLI.

outro corpo celestial. Daí o termo utilizado por Carr ser ricamente revelador de uma das propriedades de análises *a posteriori* de controvérsias. Tais análises acabam por eclipsar projetos e possibilidades que, derrotados, são ofuscados, embora, no passado, estivessem significativamente presentes e visíveis no jogo da política internacional.

No verão de 1939, quando as múltiplas possibilidades de desfecho ainda alimentavam as referidas controvérsias, Carr deu-lhes voz e vez. No outono de 1945, porém, as "controvérsias da época" foram silenciadas. Carr não lhes negou a existência (no verão de 1939, elas estavam lá), mas reconheceu que as velhas controvérsias estavam encobertas pela sombra de um novo corpo temporal, o outono de 1945. Assim, pelo menos um cálice de vinho novo é colocado em odres velhos.

O dilema de Carr é, na verdade, um desafio aos estudiosos dedicados às relações internacionais e, notadamente, aos historiadores das relações internacionais, que constantemente se deparam com a difícil tarefa de compreender as expectativas de futuro de atores envolvidos em processos decisórios ocorridos no passado. A tarefa torna-se mais exigente em face da necessidade de avaliar como tais expectativas influíram no comportamento desses atores. Por fim, faz-se necessário não impor aos tomadores de decisão a compreensão possível ao historiador que, situado *a posteriori*, conhece o desfecho do jogo diplomático ou da disputa estratégica.

Considerando que as crenças e as expectativas sobre o futuro por parte dos atores envolvidos em um processo decisório são elementos que pesam sobre a conduta desses atores e que são essas mesmas expectativas um dos fatores que informam o modo de agir dos negociadores internacionais, elegemos essa variável para ser objeto de nossa análise e essa problemática, sobretudo, relacionada ao processo de tomada de decisão do governo brasileiro diante da *blitzkrieg* e de seu interesse em conseguir apoio para a implantação de um complexo siderúrgico no País. Nosso dilema surge ao contrapormos fontes primárias e bibliografia referentes ao tema, quando nos deparamos com certa dissonância entre a maneira como as expectativas de futuro por parte dos atores apareciam na documentação e a forma como foram percebidas e apropriadas pela literatura.

Trata-se, especialmente, de uma questão de natureza epistemológica. Há aqui dois caminhos para a leitura do futuro: um é aquele visualizado pelos atores históricos e o outro é aquele no qual se encontram imersos os historiadores. O dos primeiros é um futuro aberto, com um leque de possibilidades, tantas como incertas; é desordenado. Já o

dos segundos é um futuro fechado, a linha contígua de apenas uma das muitas possibilidades anteriormente em disputa; é ordenado. O futuro para os primeiros é uma mera expectativa ou uma esperança; o futuro para os segundos já não é uma expectativa, e sim uma experiência já vivida, a qual, pelo ofício do historiador, é ordenada na forma de texto.

Que os atores históricos e os historiadores encontram-se em distintas condições de visualização do futuro do jogo internacional parece ser uma obviedade. Que essa distinção esteja claramente presente na bibliografia não é igualmente tão certo. Ao contrário, há pontos da historiografia em que transparece certa confusão entre o futuro incerto dos atores históricos e o futuro conhecido do historiador, já que é, para esse último, “futuro passado”. As visões de futuro do segundo invadem o campo das expectativas de futuro dos primeiros, de forma que as fronteiras não se encontram claramente estabelecidas no decorrer do texto historiográfico. Transparece a forte impressão de que os autores não se guiaram por um método que os deixassem permanentemente alertas e precavidos contra as armadilhas nas quais essa sutileza epistemológica pode levá-los a cair.

Um dos nomes mais expressivos nessa área de estudos históricos é o de Reinhart Koselleck⁶, autor de *Vergangene zukunft* (Futuro passado), texto considerado por Karl-Georg Faber como “a contribuição alemã mais importante das duas últimas décadas para uma teoria da ciência histórica”.⁷

Koselleck, em *Vergangene zukunft*, discorre sobre a noção de tempo histórico e o conceito de futuro passado. Para o autor, tempo histórico consiste “na determinação da diferença entre o passado e o futuro ou, dito antropologicamente, entre experiência e expectativa” (KOSELLECK, 1993, p.13). Ou seja, os atores históricos constroem suas expectativas (futuro) a partir de seu próprio conjunto de experiências (passado). Desta feita, em cada época, as expectativas sobre o futuro são construídas a partir de seu passado, isto é, das experiências daquela época, de forma que, para cada tempo, há uma temporalidade própria, um tempo histórico.

⁶ Com preocupações próximas às de Koselleck, no Brasil, destacam-se os trabalhos de Edgar de Decca, *O silêncio dos vencidos*, e de Carlos Alberto Vesentini, *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*.

⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Vergangene zukunft*. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten. Frankfurt: Suhrmp, 1993, comentário da capa.

O historiador, situado em um tempo histórico posterior, ao tentar compreender as expectativas dos atores históricos lida com o futuro passado, ou seja, um futuro que já é, para ele, historiador, passado.

Assim sendo, o processamento do futuro passado coloca o historiador das relações internacionais defronte sérias dificuldades e desafios metodológicos, como, por exemplo, o risco de eclipsar determinadas expectativas dos tomadores de decisão que, quando ainda não sabidamente derrotadas, em maior ou menor grau, influenciaram o comportamento desses negociadores. Se não houver uma permanente vigilância metodológica sobre a produção do texto historiográfico, é possível que se deixe de lado ou se subestime algumas esperanças que, embora posteriormente frustradas pelo desenrolar dos acontecimentos, compunham o conjunto das expectativas acerca das quais os atores históricos elaboravam seus cálculos estratégicos e pautavam seu comportamento.

Conhecendo o desfecho do jogo político passado, o historiador pode organizar o seu texto sob a orientação de um futuro por ele conhecido. Mas, para os agentes históricos, no passado, o desfecho tido era apenas uma das expectativas da disputa, na qual concorria um expressivo número de possibilidades. Consoante as palavras de Vesentini (1986, p.1),

Na verdade a percepção posterior, vencedora, inibe nuances e possibilidades que ainda estavam lá [...]. O múltiplo é excluído. Desaparecem momentos e agentes. O significado de outros instantes, a cristalizarem-se de outra forma, e o lugar onde propostas e agentes foram efetivamente jogados perdem nitidez. E a luta como pluralidade de possíveis desaparece, substituída pela mutação de um tempo e por certas práticas a moverem-se conjuntamente para um único lugar.

Uma das características ou propriedades elementares da atividade do historiador é a necessidade de datação, isto é, o enquadramento do fato dentro de fronteiras cronológicas. Nesse procedimento, o historiador vincula e ordena os vários fatos considerados relevantes, de sorte que confere inteligibilidade ao processo histórico. Apenas aparentemente simples, essa tarefa pode ser carregada de problematizações.

Nesse sentido, quanto ao processo decisório de 1940, envolvendo o Brasil, a Alemanha e os Estados Unidos, a convencional datação que situa a Segunda Guerra

Mundial entre os anos de 1939 e 1945, ao mesmo tempo em que é possuidora de uma virtude didática —, já que organiza eventos que, de outra forma, pareceriam caoticamente dispostos —, pode prejudicar a nitidez do lugar onde as propostas alemãs feitas ao Brasil foram realmente jogadas. Isso porque, em resultado dessa datação, que tem 1939 como ponto inicial, o processo decisório em questão é, sem dúvida, enquadrado dentro da Segunda Guerra Mundial. Muito embora, com efeito, esse não tenha sido o ambiente de política internacional no qual ocorreram as negociações, pois, na verdade, o que se tinha, como afirmou Eric Hobsbawm (1995, p. 148), era “uma guerra europeia de 1939-1941, que se tornou a Segunda Guerra Mundial”. De fato, o que se tinha eram dois cenários de guerra. Após 7 de dezembro de 1941, estes se uniriam em um único conflito que, só então, adquiriria uma natureza mundial.

Roosevelt, o presidente dos Estados Unidos, de forma tanto refletida quanto decisiva, havia colocado os japoneses em cheque quanto à sua política externa: só lhes restavam escolher entre a capitulação ou a guerra! Em Tóquio, vencera o espírito bélico dos temerários sobre a condescendência daqueles dispostos ao acordo de compromisso. Em 7 de dezembro de 1941, o Japão atacou a frota estadunidense do Pacífico em Pearl Harbor e deu início a um duelo desigual com os Estados Unidos da América. Em 11 de dezembro, o Reich alemão declarou guerra aos Estados Unidos. Com isso, os cenários de conflito bélico europeu e asiático uniram-se definitivamente em uma Guerra Mundial (HILDEBRAND, 1995, p. 760-761).

Apesar do conhecimento comum de que a mundialização da guerra só ocorreu após o bombardeio a *Pearl Harbor*, prevalece a convencional datação de 1939 a 1945 para localizar o período em que se deu a Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, as pressões provenientes do ato de pensar o evento como iniciado em 1939 podem ter influenciado a produção intelectual brasileira a respeito do "processo de envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial".⁸ E essa pode ser uma das justificativas para a persistência de debates, tais como aquele travado entre historiadores e economistas acerca da possibilidade ou não de a Alemanha fornecer a planta siderúrgica ao Brasil (fundamental para o projeto nacional-

⁸ Este é o subtítulo da obra de Ricardo Seitenfus (2003).

desenvolvimentista de Vargas) para o primeiro ano após o fim da guerra que é mais factível se enxergado dentro de um contexto de guerra europeia e não de guerra mundial.

Uma leitura que considere as expectativas de futuro dos tomadores de decisão dentro de sua própria temporalidade é metodologicamente preferível⁹, caso se queira conferir maior nitidez ao ambiente de política internacional em que se deram as negociações acerca da gênese do projeto desenvolvimentista brasileiro. Esse método explica melhor o lugar onde propostas e agentes foram realmente jogados e, assim, evita-se que a pluralidade de possibilidades desapareça diante daquelas práticas historiográficas que se movem para a mundialização da guerra antes da ocorrência dela.

Para tanto, é válido indicar que o período histórico em que se deu a etapa decisiva das negociações que o Brasil mantinha com os Estados Unidos e com a Alemanha (1940-1941) não era ainda caracterizado por uma guerra mundial. Os negociadores brasileiros, estadunidenses e alemães viam a mundialização da guerra apenas como um dos desfechos possíveis da disputa militar europeia. Gerson Moura¹⁰, Ricardo Seitenfus¹¹ e Marcelo de Paiva Abreu¹², acadêmicos que se debruçaram sobre a densa conexão entre o desenvolvimento econômico do Brasil e suas relações internacionais nos referidos anos — em razão do lugar em que se encontram ao analisarem o processo decisório acerca do qual sucedeu a implantação da siderurgia brasileira —, sabem que aqueles anos viriam a ser apenas uma etapa de um conflito que, ao se mundializar, prolongar-se-ia por mais outros cinco longos e sangrentos anos. Do lugar em que se encontravam os tomadores de decisão, aquela era somente uma entre várias possibilidades e, naqueles dias sob o impacto das vitórias da *blitzkrieg*, nem sequer a mais provável.

O ambiente em que aconteceu a gênese do nacional-desenvolvimentismo brasileiro pode ainda ser mais bem compreendido se levadas em conta "as grandes correntes sentimentais" ou "tendências da psicologia coletiva" (RENOUVIN e

⁹ A historiografia alemã, no que concerne às relações do *Reich* com a América do Sul, demonstra que o não prolongamento da guerra e da posição inglesa de resistência solitária, bem como o breve retorno da paz, consistia nos argumentos principais da diplomacia alemã. Compreendidas dentro da temporalidade de 1940, essas possibilidades eram tidas como perfeitamente válidas.

¹⁰ MOURA, Gerson. Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

¹¹ SEITENFUS, Ricardo. Quatro teses sobre a política externa do Brasil nos anos 30. In: ALBUQUERQUE, J.A.G. et al. (orgs). Sessenta anos de política externa brasileira (1930 – 1990). Crescimento, modernização e política exterior. São Paulo, NUPRI/USP/Cultura Editores Associados, 1997, v.1, p.115-118.

¹² ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a economia mundial (1929 – 1945). In: FAUSTO, B. (org). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, 1986, v.11, p.22.

DUROSELLE, 1964, p. 7) que influíam no comportamento dos homens de Estado na década de 1930 e início da década de 1940. A esse respeito, dois aspectos merecem ser considerados: de um lado, o espírito do tempo, singularmente desfavorável à imagem liberal-democrática de sociedade; do outro, o reencantamento do mundo, provocado pelo Nazismo.

Quanto ao primeiro aspecto, isto é, o espírito do tempo, deve-se ter em conta que a vertiginosa recuperação econômica que a Alemanha alcançou sob o comando de Adolf Hitler angariou simpatias ao regime nazifascista, tanto dentro quanto fora da Europa — as simpatias pareciam maiores ainda quando os resultados econômicos do regime alemão eram contrapostos ao cenário de penúria que caracterizou as democracias liberais durante a Grande Depressão. Em 1940, as vitórias militares, particularmente sobre a democrática França, reforçaram de maneira especial o sentimento de que a democracia e o ideário liberal estavam ante um adversário à sua altura. Na verdade, os valores liberais e democráticos encontravam-se seriamente fragilizados pela acirrada competição representada por ideologias estranhas à democracia. Seguindo a tradição hegeliana, é possível pensar com base no conceito de *zeitgeist* (espírito do tempo), para retratar o ambiente psicológico dos anos que antecederam a segunda conflagração mundial:

O efeito de um *zeitgeist* hostil à democracia ou simpático a ela pode facilmente ser discernido quando comparamos a Europa do entre-guerras com a Europa de meados de 1970 e 1980. Na Europa do entre-guerras, na esteira da desagregação do Império Austro-Húngaro, da redefinição de fronteiras resultantes do Tratado de Versalhes e de diversos experimentos políticos, onze estados com pouca ou nenhuma experiência prévia de um regime democrático ou independente fizeram algumas tentativas de estabelecer democracias. No entanto o espírito do tempo, na Europa, era de competição entre o ideal democrático e quatro outras ideologias adversárias, nenhuma delas democrática. O Comunismo, na União Soviética, era uma experiência nova que, na opinião de muitos, mostrava-se altamente promissora. O Fascismo italiano era visto por outros como um poderoso concorrente tanto do Comunismo quanto da democracia. O catolicismo, após a encíclica papal *Rerum Novarum*, foi a base de novas formas de movimentos

corporativistas e integralistas. E, por fim, em meio a intensas lutas ideológicas, muitos conservadores ainda se lembravam, de forma positiva, da fórmula política pré-democrática de uma monarquia constitucional autoritária, da qual a Alemanha Imperial era um exemplo muito estimado (LINZ e STEPAN, 1999, p. 96).

Na perspectiva mundial, esse ambiente de competição que envolvia a sociedade liberal era de largo alcance, constituindo-se em uma crise generalizada, como bem sintetizou Gerson Moura (1991, p.56).

Se o século XIX pode ser considerado o momento do apogeu da sociedade liberal, no qual a ação imperialista sublinha sua extraordinária capacidade para estender uma influência econômica, política e cultural por todo o mundo, o período que vai da Primeira à Segunda Guerra Mundial é o momento de sua *crise generalizada*. É uma crise política, em que o Estado liberal passa a ser contestado por um lado como uma ditadura de classe, por outro, como excessivamente democrático; é uma crise ideológica, em que os pressupostos de racionalidade do Liberalismo são atacados ora em nome de valores tradicionais, ora em função de perspectivas radicalmente novas; é uma crise econômica e social que, com exceção de um breve momento de prosperidade, recobre todo o período [Grifo do autor].

No âmbito da América Latina, o espírito de competição também era latente.

(...) o recuo inglês, desde a Primeira Guerra Mundial, propiciou o confronto de dois sistemas de poder em constituição: a Alemanha e os Estados Unidos. As duas potências tornaram-se, na década de 1930, os polos de dois sistemas políticos, duas ideologias e duas práticas comerciais antagônicas; de um lado, via-se o autoritarismo antiparlamentar, nacionalista, protecionista; de outro lado, a liberal-democracia, o internacionalismo livre-cambista. A América Latina tornou-se, então, o palco não só de uma guerra comercial como de uma acirrada disputa política e ideológica, exatamente no momento em que

ganhavam impulso na América Latina o nacionalismo e o autoritarismo antiparlamentar.¹³

Nos Estados Unidos, o sentimento de que, entre os países latino-americanos, prevalecia a falência das democracias era exposto por alguns intelectuais. Vale ressaltar o *paper* apresentado pelo professor Roland Hall Sharp, revelador do especial momento de crise o qual atravessava o liberalismo entre os países latino-americanos. Em seu texto, a percepção do espírito de competição entre o ideal democrático e a filosofia totalitária era patente:

Existe uma receptividade não usual pela filosofia totalitária entre as classes dominantes e habitantes estrangeiros. Isto é evidenciado pelo fracasso das democracias, representadas em grande parte pelos Estados Unidos, em prover um contra-ativo. Elas copiaram a Constituição deste país [os EUA], quando a jovem e vigorosa República do Ocidente emergiu triunfante como a campeã da independência e das liberdades civis. Hoje, o quadro mudou... Os Estados Unidos estão longe de provar que a democracia como praticada aqui... é superior aos oponentes clamores do Fascismo (SHARP, 1940, p. 656).

No Brasil e, de maneira particular, no governo Vargas, também se notava manifestação desse espírito de competição, uma vez que os principais assessores do presidente mostravam-se divididos entre aqueles que, como o ministro do Exterior, Oswaldo Aranha, eram partidários dos Estados Unidos e de sua visão de pan-americanismo e, de outro lado, simpatizantes dos regimes fascistas europeus, como o ministro da Justiça, Francisco Campos. Na corporação militar, reinava uma situação semelhante, mormente após as rápidas vitórias da máquina de guerra nazista ocorridas na primeira metade de 1940, que ampliaram a simpatia de alguns oficiais por aquela ideologia, mas também, num sentido mais pragmático, por buscarem um reaparelhamento militar com armamentos provenientes da indústria bélica alemã.

¹³ *Idem*, p. 51.

O segundo aspecto a ser considerado quanto ao ambiente psicológico que envolvia o processo decisório relativo à gênese do desenvolvimentismo brasileiro diz respeito ao conceito weberiano de "desencantamento do mundo" (*entzauberung der welt*). Max Weber observa o princípio de "desencantamento do mundo" como resultante do processo de racionalização da política, deixando claro que a intelectualização e a racionalização derivadas do Iluminismo constituem-se na característica fundamental da modernidade. Para o pensador alemão, a modernidade tirou da vida pública os seus elementos de encantamento, condenando-os a exilarem-se na vida mística ou na vida privada, de forma que a vida pública foi entregue a um novo tipo de homem que, movido pela racionalidade, subtrai das sociedades os elementos irracionais e proféticos que, em épocas anteriores à modernidade, haviam sido capazes não só de conferir coesão às comunidades humanas, mas também de mobilizá-las. Segundo Weber

O destino de nossa época caracteriza-se por uma racionalização e intelectualização e, sobretudo, pelo “desencantamento do mundo”. Precisamente os valores essenciais e sublimes retiram-se da vida pública para refugiarem-se no reino do transcendente da vida mística ou na fraternidade das relações humanas diretas e pessoais. Não é causal que nossa arte maior seja íntima e não monumental, e tampouco é causal que, na atualidade, apenas pulse nos círculos mais íntimos e reduzidos, em situações humanas pessoais, em “pianíssimo”, esse algo que corresponde ao “pneuma” profético, que em épocas anteriores arrasou comunidades inteiras, às que fundiu como uma chama incendiária.¹⁴

À luz dessa interpretação, o período de 1940-1941 pode ser concebido como um momento em que o Nazismo era visto por muitos como uma alternativa ao desencantado mundo da modernidade. Como produto e, ao mesmo tempo, antítese da crise da racionalidade moderna, o Nazismo, então triunfal, trazia consigo a revitalização do carisma retirado do seu ostracismo e recolocado por Hitler na elevada posição na vida pública.

¹⁴ WEBER, Max. *La ciencia como vocacion*. In: GERTH, Hans e MILLS, Carl Wright (eds.), *Ensayos de sociologia contemporánea*. Barcelona: Martínez Roca, 1975, p. 190-1.

Aplicando o postulado weberiano ao ambiente de psicologia coletiva no qual se deu a fase embrionária do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, pode-se afirmar que, mais do que envolvido por um *zeitgeist* desfavorável aos valores simbolizados pelos Estados Unidos da América, ele foi caracterizado pela crise da própria modernidade. Não só a democracia e a sociedade liberal sofriam a concorrência de rivais à altura: a própria modernidade, como construção do racionalismo Iluminista, encontrava-se ameaçada. Tal ameaça era reforçada pelas impressionantes vitórias da *webrmacht* e pelo fascínio que alguns sentiam ante a suástica e o regime que ela representava.

Deve-se ter em mente que foi nesse ambiente marcado pela competição e pelo desencantamento que entrou em cena o emblemático discurso de Vargas que, já no dia 11 de junho e nos dias seguintes, ocupou a primeira página dos principais jornais estadunidenses, europeus e latino-americanos.¹⁵

Atravessamos, nós, a humanidade inteira transpõe, um momento histórico de graves repercussões, resultante de rápida e violenta mudança de valores, marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política e sentimos que os velhos sistemas e formas antiquadas entram em declínio. Não é, porém, como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização, mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma nova era. Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo de suas aspirações, em vez se perderem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruína. É preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das ideias mortas e dos ideais estéreis.¹⁶

¹⁵ O Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo listou as manchetes dos principais jornais estadunidenses, nos dias seguintes ao discurso de 11 junho de 1940: The New York Times: "Vargas Backs the 'Virile'" (12.6.1940), "Hull unperturbed by Vargas Speech (13.6.1940); The New York Post: "Brazil's President Defends Nazi Way" (11.6.1940); The Indianapolis News: "Brazil's President Defends 'Aspirations' of Dictators" (12.06.1940); New York: "Vargas Friend -- Hull" (12.6.1940); Chicago Daily Tribune: "Brazil Dictator Backs Vigorous People Force" (12.6.1940); Pittsburg Post-Gazette: "Brazil Denies Vargas Favors Dictatorships" (14.6.1940). Cópias de cada uma dessas manchetes encontram-se disponíveis no Arquivo Getúlio Vargas do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro (doc. 0 A 40.06.12/ cp).

¹⁶ Discurso do presidente Getúlio Vargas pronunciado a bordo do encouraçado Minas Gerais, no dia 11 de junho de 1940. In: VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil, vol. VII. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940. p. 327.

Portanto, se abordado dentro de seu próprio tempo histórico, o discurso de Vargas é reforçado em seu peso e significados políticos. Nesse sentido, é extremamente válido recorrer à historiografia alemã e à afirmação de Meir Michaelis (1972) de que com as vitórias da *blitzkrieg*, em junho de 1940, as declarações de Hermann Rauschning (o ex-confidente de Hitler) de que o III *Reich* teria um plano de dominação mundial, tiveram um efeito especial sobre a opinião pública estadunidense, a qual estava particularmente temerosa de que, após a conquista da Europa, a triunfal máquina de guerra nazista voltaria-se rumo ao Novo Mundo. Michaelis afirma que, naquele mês de junho de 1940, dois em cada três estadunidenses estavam convencidos de que a Alemanha tinha planos de conquistar pelo menos parte do continente americano, senão todo ele.

Sem dúvida, o discurso de Vargas foi um componente explosivo no sensível momento em que se encontrava o sistema internacional. E, é claro, os tomadores de decisão, no governo estadunidense, em maior ou menor grau, sofreram a influência do peso da psicologia coletiva na determinação de sua conduta. E, conseqüentemente, ela ajuda a entender melhor porque os Estados Unidos acabaram por atender à reivindicação da planta siderúrgica feita por Vargas.

Os estudos sobre *zeitgeist* e o desencantamento do mundo são fatores que tonificam as reais implicações do problema alemão, uma vez que clarificam o cenário no qual foi jogado o processo decisório e desenham uma imagem mais nítida do ambiente psicológico em que os fatos relevantes do processo de tomada de decisão desenrolaram-se. Esses dois conceitos são ferramentas intelectuais que podem auxiliar o historiador das relações internacionais a aproximar-se categoricamente das pressões não materiais que exerciam influência sobre a maneira como os atores percebiam o mundo e construía suas expectativas. De fato, incluir esses fatores atinentes à psicologia coletiva é tarefa muito arriscada e melindrosa, porque tratam de elementos fluidos. Por outro lado, desconsiderá-los é retirar do ambiente decisório um relevante componente, pois qualquer arranjo de natureza política é sensível às forças profundas sintetizadas nas grandes correntes sentimentais ou nas tendências da psicologia coletiva.

Em suma, por não buscar a compreensão do processo decisório e do ambiente internacional em sua própria temporalidade, alguns analistas, vivendo em outro tempo histórico com espírito do tempo diverso daquele em que as decisões foram tomadas, atribuem às possibilidades da diplomacia alemã uma importância menor do que seus

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 121-138.

próprios adversários políticos e ideológicos da época lhe atribuíam. Não se pode esquecer as questões epistemológicas propostas por Koselleck, tampouco negligenciar o fato de que os tomadores de decisão lidavam com um futuro distinto daquele com o qual, *a posteriori*, operam os historiadores. No significativo número de possibilidades presentes no ano de 1940, nem mesmo os mais aguerridos inimigos do *Führer* subestimavam a possibilidade da efetivação de uma parceria estratégica entre o Brasil e a Alemanha.

Fontes primárias

Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, vol. XXXIII, doc. 106B. Arquivo Oswaldo Aranha (AOA), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV, Rio de Janeiro.

Discurso do presidente Getúlio Vargas pronunciado a bordo do encouraçado Minas Gerais, no dia 11 de junho de 1940. In: VARGAS, G. *A nova política do Brasil*, vol. VII. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940. p. 327.

Bibliografia

ABREU, M. de P. O Brasil e a economia mundial (1929 – 1945). In: FAUSTO, B. (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1986, v.11, p.22.

CARR, E. H. *Vinte anos de crise: 1919 – 1939*. 2. Ed. Brasília, Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais/São Paulo, Imprensa Oficial de São Paulo, 2001.

DECCA, E. de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GERTH, H.; MILLS, C. W. (eds.). *Ensayos de sociología contemporánea*. Barcelona: Martínez Roca., 1975.

HILDEBRAND, K. *Das vergangene Reich: deutsche Aussenpolitik von Bismarck bis Hitler, 1871-1945*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1995.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos. O Breve Século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSELLECK, R. *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt: Suhrmp, 1993.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 121-138.

LINZ, J. J.; STEPAN, A. *A transição e a consolidação da democracia* - a experiência do sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MICHAELIS, M. World power status or world domination? A survey of the literature on Hitler's plano of world domination. In: *The historical journal*, vol. 15, n. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1972. p. 331 – 360.

MOURA, G. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

----- . *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J. B. *Introduction a l'histoire des relations internationales*. Paris: Librairie Armand Colin, 1964.

SEITENFUS, R. *O Brasil vai à guerra: O processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. 3a ed. São Paulo: Manole, 2003.

----- . Quatro teses sobre a política externa do Brasil nos anos 30. In: ALBUQUERQUE, J.A.G. et al.(Orgs). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930 – 1990)*. Crescimento, modernização e política exterior. São Paulo, NUPRI/USP/Cultura Editores Associados, 1997, v.1, p.115-118.

SHARP, R. H. In: *Hispanic American Historical Review*, v. XX, nov. n. 4, 1940, p. 656.

VESENTINI, C. A. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: HUCITEC -USP, 1997.

----- . A instauração da temporalidade e a (re) fundação na história: 1937 e 1930. In: *Revista Tempo Brasileiro*, out.-dez., n. 21. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1986.